

Detalhamento dos Parcelamentos

	PAES INSS 60242065-2	FNDE Resolução 2	PAES SRFB Lei 10.684	SRFB Lei 11.941	PERT Lei 13.496
Data de concessão	29/08/2003	29/06/2006	29/08/2003	29/06/2011	24/10/2017
Quantidade de parcelas na adesão	180	130	180	120	à vista
Taxa de juros	TJLP	TJLP	TJLP	TJLP	SELIC
Período de apuração da dívida	De 01/1990 até 05/2000	De 01/1990 até 05/2000	De 09/1997 até 01/2003	De 01/2008 até 03/2008	De 01/2012 até 12/2016
Data do último pagamento	Julho - 2018	Julho - 2017	Março - 2018	Fevereiro - 2019	Janeiro - 2018
Dívida na época da adesão	R\$ 10.133,00	R\$ 391,00	R\$ 10.105,00	R\$ 381,00	R\$ 1.196.054,44
Saldo devedor em 31/12/2017	R\$ 782.427,31	R\$ 0,00	R\$ 217.307,29	R\$ 1.129.594,51	R\$ 1.069.684,01

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

O saldo de R\$433.245,21 em 31/12/2017 e R\$386.538,91 em 31/12/2016 referem-se a valores a pagar a credores diversos, na sua maioria, associações de empregados da EPAMIG.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os processos de natureza cível e trabalhista em que a EPAMIG figura como Ré, são avaliados pela área jurídica e classificados segundo o grau de risco de perda para a empresa; tais como: perda remota, perda possível e perda provável conforme NBC T 19,7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Resolução CFC 1.180 de 2009. Com base nessas avaliações é dado o seguinte tratamento contábil:

- perda provável = efetua-se provisão e menciona-se em Nota Explicativa
- perda possível = não se provisiona, mas menciona-se em Nota Explicativa
- perda remota = não se provisiona e nem se menciona em Nota Explicativa

Perdas Prováveis - Provisionadas

	31/12/2017	31/12/2016
Contingências Cíveis	3.007.674,43	912.419,80
Contingências Trabalhistas	9.940.737,34	9.698.260,54
TOTAL	12.948.411,77	10.610.680,34

Perdas Possíveis - Não Provisionadas

Em 31/12/2017, 9 processos judiciais trabalhistas estimados em R\$ 375.803,76 e 4 processos judiciais cíveis estimados em R\$ 190.012,28 foram avaliados com o grau de risco de perda possível.

15. OUTRAS PROVISÕES - CERES

A EPAMIG, de acordo com as suas políticas de benefícios a empregados, é uma das patrocinadoras da Fundação de Seguridade Social - CERES, que concede suplementações de aposentadoria em relação aos da Previdência Social.

Em 2017 a EPAMIG na qualidade de Patrocinadora reconheceu em seu Passivo a obrigação que possui junto a Ceres relativa ao Plano Saldado da Previdência Complementar, nos termos do Contrato Especial de Parcelamento de Compromisso, assinado em 07/2007, mediante aprovação da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado de Minas Gerais, conforme OF CCGPGF 025/2007 de 02 de abril de 2007.

	31/12/2017	31/12/2016
Ceres Parcelamento Plano Básico - CP	1.096.169,27	0,00
Ceres Parcelamento Plano Básico - LP	6.759.710,46	0,00
TOTAL	7.855.879,73	0,00

16. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPAMIG, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$31.600.000,00 dividido em 20 mil quotas integralizadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER, empresa pública estadual, com sede em Belo Horizonte, demonstrado a seguir:

	QUANTIDADE	VR NOMINAL	TOTAL	%
Governo do Estado de Minas Gerais	19.998.000	1,58	31.596.840,00	99,99%
Emater	2.000	1,58	3.160,00	0,01%
TOTAL	20.000.000		31.600.000,00	100,00%

17. RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros está composta pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrentes de doações feitas pelo Poder Público para investimentos. Em consonância com o artigo 30 da Lei 12.973/2014, as doações feitas pelo Poder Público, reconhecidas no resultado com observância das normas contábeis, não serão computadas na determinação do lucro real, desde que registradas na reserva lucros.

As doações ocorridas no exercício de 2017 foram efetuadas pela FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, IEF - Instituto Estadual de Florestas no valor de R\$579.337,92 e referem-se ao recebimento de bens patrimoniais. Devido a apuração de prejuízo contábil no exercício de 2017, a parcela decorrente de doações será constituída como Reserva de Lucros a medida que forem apurados lucros em períodos subsequentes.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita com Venda de Produtos	4.851.989,81	5.133.802,42
Receita com Venda de Animais	935.823,10	819.601,89
Receita com Venda de Serviços	3.758.805,18	2.067.265,12
	9.546.618,09	8.020.669,43
DEDUÇÕES DA RECEITA		
Devoluções, Cancelamentos e Descontos	-38.039,03	-49.855,11
ICMS, IPI, FEM	-188.184,62	-100.111,47
ISSQN	-36.529,39	-39.825,61
PIS	-105.067,68	-75.555,98
COFINS	-483.958,29	-347.985,70
	-851.779,01	-613.333,87
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.694.839,08	7.407.335,56

19. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos Produtos Agropecuários	3.205.622,56	3.539.746,59
Custo das Revistas de Publicações	43.015,62	50.785,29
Custo dos Animais Vendidos	775.609,78	656.549,25
Custo dos Produtos Industrializados	749.377,54	323.810,15
Perdas de Produtos	487.338,59	627.425,86
TOTAL	5.260.964,09	5.198.317,14

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com Pessoal	88.844.061,92	84.578.346,78
Material de Consumo	4.875.909,22	4.152.726,50
Serviços de Terceiros	4.209.301,56	4.124.131,65
Despesas Gerais	8.242.700,57	6.583.396,40
Depreciações e Amortizações	1.318.070,54	1.165.193,18
TOTAL	107.490.043,81	100.603.794,51

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Transferências de Recursos do Estado	96.108.513,72	92.868.767,93
Doações do Poder Público	579.337,92	2.676.913,31
Recursos de Convênios Poder Público	828.902,26	1.235.754,57
Recursos de Convênios Iniciativa Privada	0,00	65.507,83
Superveniências Ativas	6.654.399,93	7.260.716,92
Outras Receitas Operacionais	1.234.029,12	1.151.621,39
TOTAL	105.405.182,95	105.259.281,95

As Superveniências Ativas registram os aumentos de ativos decorrentes do nascimento de animais e a evolução deles e incorporações ao estoque de produtos agropecuários avaliados ao valor justo.

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
Insubstituições Ativas	752.501,08	357.114,35
Perdas de Produtos	31.513,64	48.778,54
Perdas de Animais	179.759,85	172.658,54
TOTAL	963.774,57	578.551,43

As Insubstituições Ativas registram as diminuições de ativos decorrentes de mortes e/ou desaparecimento de animais, e da avaliação de animais e de produtos agropecuários ao valor justo

23. RESULTADO CONTÁBIL DO PERÍODO

O resultado contábil líquido em 31 de dezembro de 2017 foi um prejuízo no valor de R\$1.889.133,05, enquanto no mesmo período do exercício de 2016 foi um lucro de R\$3.896.578,94.

Os principais fatos que explicam a variação no resultado são:

- Em virtude da crise econômica e financeira pela qual passa o Estado de Minas Gerais, houve uma redução no aporte de recursos do Tesouro e de Emendas Parlamentares Estaduais no exercício de 2017 no valor de R\$1.458.427,90;
- Redução significativa no recebimento de doações de bens patrimoniais oriundos de convênios com Órgãos Federais, no valor de R\$2.097.575,39;
- Aumento do pagamento de sentenças judiciais no valor de R\$476.621,42;
- Aumento da provisão para contingências referentes a processos judiciais trabalhistas e cíveis com probabilidade de perda provável no valor R\$525.836,68;
- Diminuição da avaliação do estoque de animais devido a queda no preço da arroba do gado provocada pela crise da JBS em conjunto com ano de baixa safra de café em 2017 geraram o aumento de insubstituições ativas no valor de R\$991.540,13.

RUI DA SILVA VERNEQUE

Presidente
CPF 261.508.086-53

TRAZILBO JOSÉ DE PAULA JÚNIOR

Diretor de Operações Técnicas
CPF 862.417.537-20

GUILHERME HENRIQUE DE AZEVEDO MACHADO

Diretor de Administração e Finanças
CPF 879.654.536-49

PATRÍCIA FRANÇA TEIXEIRA

Chefe Dpto. de Orçamento e Finanças
CRC-MG 077.484/O-0

LUCIANA PAULA XAVIER RIBEIRO

Chefe Divisão Contábil Fiscal
CRC-MG 080.601/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Cumprindo determinações constantes do Estatuto da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG, examinamos o Relatório Financeiro de 2017, composto de Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Financeiras, Composição do Capital Social, Composição da Receita e Composição e Composição da Despesa. Com base no Relatório de Avaliação de Efetividade no 3050.0096.18, referente ao exercício de 2017, elaborado pela Auditoria Interna da EPAMIG, e datado de quatro de abril de 2018, e no acompanhamento realizado por este Conselho, concluímos pela adequação técnica às normas legais vigentes dos documentos analisados e, por esta razão, recomendamos a sua aprovação pelo Conselho Administrativo, com as ressalvas apontadas e o cumprimento das recomendações contidas no Relatório em questão.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2018.

Márcio Maia de Castro
Membro do Conselho Fiscal

Livia Maria Siqueira Fernandes
Membro do Conselho Fiscal

Amarildo Brumano Kalil
Membro do Conselho Fiscal

3/3

CONSULTA PÚBLICA

PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DA GASTRONOMIA

<http://www.planodegastronomia.mg.gov.br/>

PARTICIPE, DÊ SUA OPINIÃO!